



Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade

Latin American Journal of the Built Environment & Sustainability

Revista Latinoamericana de Ambiente Construido y Sostenibilidad

ISSN 2675-7524 - v. 6, n. 26, 2025

O outro lado da invisibilidade urbana

Edson Leite Ribeiro

PhD in Civil Engineering, USP, Brazil

edlribeiro@gmail.com

0000-0001-5017-2239

José Augusto Ribeiro da Silveira

PhD Professor in Architecture and Urbanism, UFPB, Brazil.

ct.laurbe@gmail.com

0000-0003-4518-167X

Gabriel Lincoln Lopes Carvalho

PhD Student in Architecture and Urbanism, UFPB, Brazil.

gabriellincolnlopes@live.com

0009-0001-1201-0703

Juliana Xavier Andrade de Oliveira

PhD Student in Architecture and Urbanism, UFPB, Brazil.

jx.andrade@gmail.com

0000-0002-0168-2694



O outro lado da invisibilidade urbana

RESUMO

Objetivo - Analisar a população em situação de rua no Brasil, com foco na cidade de São Paulo, compreendendo suas origens, esperanças, expectativas e formas de vivência da experiência urbana. Examinar as possíveis alternativas para mitigar o problema, ressaltando a importância do protagonismo dos próprios moradores de rua nas soluções propostas.

Metodologia - O estudo utiliza uma abordagem qualitativa baseada na metodologia da cartografia. Foram coletadas informações por meio de análise documental, além de levantamento de dados secundários de pesquisas e relatórios de instituições nacionais e internacionais, como IPEA, IBGE, Oxfam e FEANTSA.

Originalidade/relevância - Contribui para a compreensão da invisibilidade urbana e sua relação com a produção desigual do espaço urbano. Destaca o impacto do modelo econômico na exclusão social e analisa criticamente os compromissos dos ODS e da Nova Agenda Urbana, evidenciando um descompasso entre os princípios propostos e a realidade urbana.

Resultados - O estudo aponta um crescimento de 211% da população em situação de rua no Brasil entre 2012 e 2022, com maior concentração nas cidades mais ricas, especialmente em São Paulo. Os principais fatores são o aumento do custo habitacional, a desigualdade econômica, a segregação urbana e a arquitetura hostil. A pesquisa refuta a visão de que a dependência química seja a principal causa do fenômeno, destacando o desemprego, conflitos familiares e falta de moradia como fatores predominantes.

Contribuições teóricas/metodológicas - A pesquisa contribui para o debate sobre a invisibilidade urbana e a exclusão social, embasando-se em autores como Ítalo Calvino, Zygmunt Bauman e Adela Cortina. O estudo amplia a compreensão da marginalização urbana e questiona a visão predominante de que a situação de rua resulta apenas de fatores individuais, ressaltando a influência da estrutura socioeconômica na exclusão social.

Contribuições sociais e ambientais - O estudo destaca os impactos sociais da apofobia e da exclusão habitacional, com ênfase em São Paulo. Além disso, ressalta a necessidade de combater práticas como a arquitetura hostil, que ampliam a segregação social e a vulnerabilidade dos sem-teto.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em situação de rua. Pobreza urbana. Desigualdade social. Exclusão social.

The other side of urban invisibility

ABSTRACT

Objective – To analyze the homeless population in Brazil, focusing on the city of São Paulo, understanding their origins, hopes, expectations and ways of experiencing the urban environment. To examine possible alternatives to mitigate the problem, highlighting the importance of the homeless themselves as protagonists in the proposed solutions.

Methodology – The study uses a qualitative approach based on cartography methodology. Information was collected through documentary analysis, in addition to secondary data collection from research and reports from national and international institutions, such as IPEA, IBGE, Oxfam and FEANTSA.

Originality/Relevance – Contributes to the understanding of urban invisibility and its relationship with the unequal production of urban space. It highlights the impact of the economic model on social exclusion and critically analyzes the commitments of the SDGs and the New Urban Agenda, highlighting a mismatch between the proposed principles and urban reality.

Results – The study indicates a 211% increase in the homeless population in Brazil between 2012 and 2022, with a higher concentration in the wealthiest cities, especially in São Paulo. The main factors are the increase in housing costs, economic inequality, urban segregation and hostile architecture. The research refutes the view that drug addiction is the main cause of the phenomenon, highlighting unemployment, family conflicts and homelessness as predominant factors.

Theoretical/Methodological Contributions – The research contributes to the debate on urban invisibility and social exclusion, based on authors such as Ítalo Calvino, Zygmunt Bauman and Adela Cortina. The study broadens the



understanding of urban marginalization and questions the prevailing view that homelessness results only from individual factors, highlighting the influence of the socioeconomic structure on social exclusion.

Social and Environmental Contributions – The study highlights the social impacts of aporophobia and housing exclusion, with an emphasis on São Paulo. Furthermore, it highlights the need to combat practices such as hostile architecture, which increase social segregation and the vulnerability of the homeless.

KEYWORDS: Homeless people. Urban poverty. Social inequality. Social exclusion.

El otro lado de la invisibilidad urbana

RESUMEN

Objetivo – Analizar la población en situación de calle en Brasil, con foco en la ciudad de São Paulo, comprendiendo sus orígenes, esperanzas, expectativas y formas de vivir la experiencia urbana. Examinar posibles alternativas para mitigar el problema, destacando la importancia de que las propias personas sin hogar desempeñen un papel protagónico en las soluciones propuestas.

Metodología – El estudio utiliza un enfoque cualitativo basado en la metodología cartográfica. La información fue recolectada a través de análisis documental, además de la recolección de datos secundarios de investigaciones e informes de instituciones nacionales e internacionales, como IPEA, IBGE, Oxfam y FEANTSA.

Originalidad/Relevancia – Contribuye a la comprensión de la invisibilidad urbana y su relación con la producción desigual del espacio urbano. Destaca el impacto del modelo económico en la exclusión social y analiza críticamente los compromisos de los ODS y la Nueva Agenda Urbana, evidenciando un desajuste entre los principios propuestos y la realidad urbana.

Resultados El estudio apunta un crecimiento del 211% de la población sin hogar en Brasil entre 2012 y 2022, con una mayor concentración en las ciudades más ricas, especialmente en São Paulo. Los principales factores son el aumento del coste de la vivienda, la desigualdad económica, la segregación urbana y la arquitectura hostil. La investigación refuta la visión de que la dependencia química sea la causa principal del fenómeno, destacando el desempleo, los conflictos familiares y la falta de vivienda como factores predominantes.

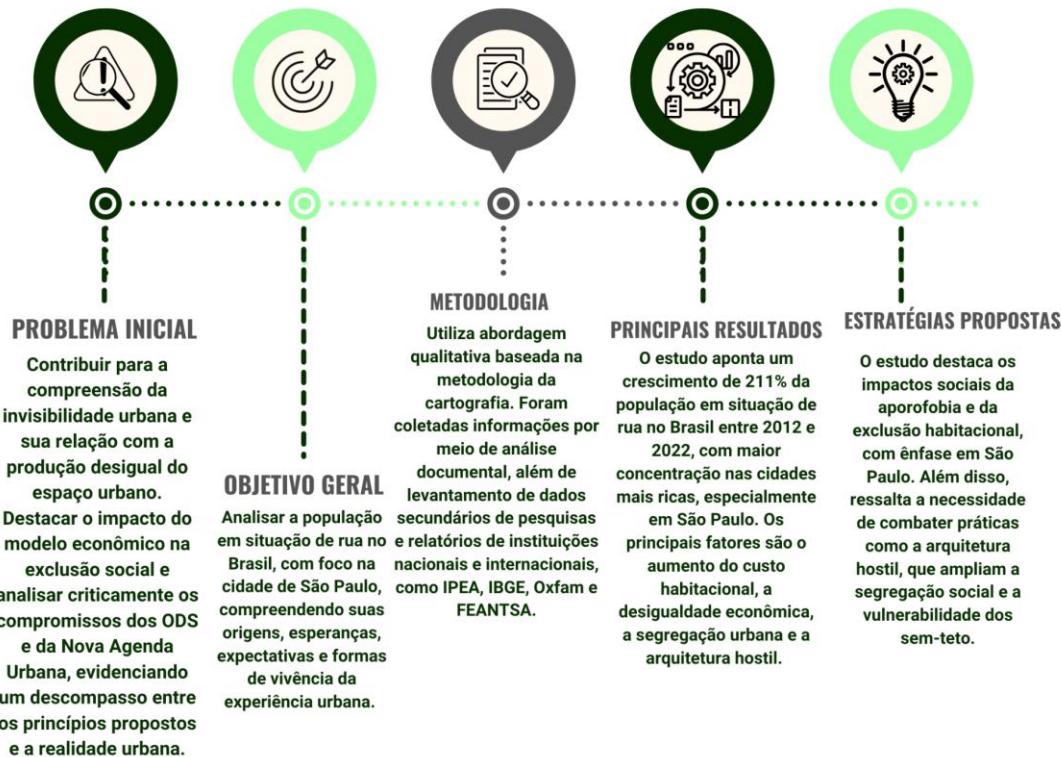
Contribuciones Teóricas/Metodológicas – La investigación contribuye al debate sobre la invisibilidad urbana y la exclusión social, apoyándose en autores como Ítalo Calvino, Zygmunt Bauman y Adela Cortina. El estudio amplía la comprensión de la marginación urbana y cuestiona la visión predominante de que la falta de vivienda es resultado únicamente de factores individuales, destacando la influencia de la estructura socioeconómica en la exclusión social.

Contribuciones Sociales y Ambientales – El estudio destaca los impactos sociales de la aporofobia y la exclusión habitacional, con énfasis en São Paulo. Además, destaca la necesidad de combatir prácticas como la arquitectura hostil, que aumentan la segregación social y la vulnerabilidad de las personas sin hogar.

PALABRAS CLAVE: Personas sin hogar. Pobreza urbana. Desigualdad social. Exclusión social.



RESUMO GRÁFICO





1 INTRODUÇÃO

Em meio às nossas cidades globalizadas, percebe-se uma condição cenográfica, na qual parte da cidade é apresentada e visível, outra parte é distanciada e escondida por meio da dispersão urbana e, ainda, uma parcela significativa da população é relegada a uma condição de total desprezo e invisibilidade por parte dos demais cidadãos: os sem-teto, cuja condição mais extrema são aqueles “em situação de rua”.

Paradoxalmente, essa realidade, agravada pela pandemia da Covid-19, manifesta-se de forma intensa não apenas em áreas pobres do mundo, mas também, de maneira alarmante, em países e cidades extremamente ricos. Segundo o relatório *Housing Exclusion in Europe*, da FEANTSA e da Fondation Abbé Pierre (2023), a Europa tem registrado um aumento expressivo no custo habitacional, especialmente na Bulgária, Inglaterra, Portugal, República Tcheca e Polônia, o que tem levado ao crescimento do número de moradores de rua. Entre os países europeus com maior aumento percentual de pessoas nessas condições, destacam-se a Inglaterra e a Irlanda.

Nos Estados Unidos, estima-se que a população em situação de rua ultrapasse 0,2% da população total, ou seja, mais de 600 mil pessoas, das quais aproximadamente 60% recebem algum tipo de acolhimento e 40% vivem em situação de rua. O estado mais rico do país, a Califórnia, apresenta o maior número de pessoas nessa condição, e as cidades de Nova Iorque e Los Angeles figuram entre aquelas com os maiores contingentes de moradores de rua. No Brasil, os estados mais ricos da federação, como o Distrito Federal e São Paulo, também concentram um grande número de pessoas nessa situação. A capital economicamente mais relevante do país, São Paulo, que possui o maior PIB entre as cidades brasileiras, é também a que abriga o maior número de indivíduos em situação de rua, como demonstraremos a seguir.

Esses fatos evidenciam uma contradição em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 2 (fome zero), ODS 10 (redução da desigualdade) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis). Além disso, configuram um desvio dos “compromissos transformadores” estabelecidos na Nova Agenda Urbana, produto da Conferência Mundial sobre Habitação e Assentamentos Humanos – HABITAT III, que propunha, de maneira clara, “não deixar ninguém para trás”. Sinteticamente, os compromissos incluem: a) desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e erradicação da pobreza; b) prosperidade urbana sustentável e inclusiva, com ampliação de oportunidades; e c) desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente.

No entanto, as transformações urbanas observadas parecem afastar ainda mais uma parcela significativa da população, relegando-a a uma situação de marginalização ainda mais acentuada. Alguns podem argumentar que a pandemia teve efeitos devastadores que impediram a implementação de muitas políticas sociais, mas essa justificativa não se sustenta diante de evidências concretas. De acordo com o relatório *A Desigualdade Mata*, da Oxfam (2022), os dez homens mais ricos do mundo duplicaram suas fortunas nos dois primeiros anos da pandemia, passando de U\$ 700 bilhões para U\$ 1,5 trilhão. Por outro lado, a renda de 99% da população mundial caiu, e mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema. No Brasil, desde o início da pandemia, o número de bilionários cresceu quase 20%, chegando a 55 indivíduos, cuja riqueza aumentou cerca de 30% nesse período. Atualmente, os 20 maiores bilionários do país possuem mais riqueza do que 60% da população brasileira.



Diante desse cenário, questiona-se: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana estão, de fato, beneficiando toda a população urbana, ou apenas a parcela mais “visível” dentro de uma sociedade pautada pela aparência, pelo espetáculo e pela imagem? Como os princípios de “não deixar ninguém para trás” podem ser incorporados às políticas públicas de forma mais eficiente e inclusiva, abrangendo também os “escondidos” das periferias e os “invisíveis” da cidade? A aporofobia, como destaca Cortina (2020), representa um desafio e um entrave perigoso para a democracia.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a população em situação de rua no Brasil, com foco na cidade de São Paulo, buscando compreender suas origens, expectativas e formas de vivência da experiência urbana. Além disso, pretende examinar possíveis alternativas para mitigar esse problema, ressaltando a importância do protagonismo dos próprios moradores de rua na construção das soluções propostas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na metodologia da cartografia. As informações foram coletadas por meio de análise documental, além do levantamento de dados secundários de pesquisas e relatórios de instituições nacionais e internacionais, como o IPEA, IBGE, Oxfam e FEANTSA.

Esta investigação contribui para a compreensão da invisibilidade urbana e sua relação com a produção desigual do espaço. Destaca o impacto do modelo econômico na exclusão social e analisa criticamente os compromissos estabelecidos pelos ODS e pela Nova Agenda Urbana, evidenciando o descompasso entre os princípios propostos e a realidade urbana. O estudo amplia a reflexão sobre a marginalização urbana e questiona a visão predominante de que a situação de rua é resultado apenas de fatores individuais, ressaltando, assim, a influência das estruturas socioeconômicas na perpetuação da exclusão social.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia da cartografia, que se estabelece como um referencial teórico-metodológico escolhido para a compreensão das dinâmicas urbanas que envolvem a população em situação de rua na cidade de São Paulo. Diferentemente das abordagens tradicionais, a cartografia não se restringe à descrição estática da realidade observada, mas possibilita o acompanhamento de processos e fluxos em constante transformação, permitindo a identificação de dinâmicas espaciais e relações de poder que estruturam o território urbano. Conforme argumenta Harley (2001), a cartografia não é um mero instrumento técnico de representação espacial, mas um exercício de reflexão política, intrinsecamente relacionado à produção e reprodução das hierarquias socioespaciais.

O estudo inicia-se com uma revisão bibliográfica que contextualiza a problemática da invisibilidade urbana e da exclusão social, dialogando com autores que examinam criticamente as interações entre cidade, desigualdade e marginalização. Nesse sentido, são mobilizados referenciais como Bauman (2006), Cortina (2020) e Calvino (1994), cujas contribuições permitem situar o debate no escopo das políticas urbanas e sociais contemporâneas. Essa etapa é essencial para a consolidação do referencial teórico e para o embasamento das análises subsequentes.

No que se refere à pesquisa empírica, foram adotadas a análise documental e o levantamento de dados secundários como principais estratégias metodológicas. A análise documental, conforme define Silva et al. (2009, p. 5), consiste em um “procedimento que se



utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos", enquanto Minayo (2009, p. 14) complementa que essa abordagem permite a interpretação das "expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados". Com base nessa perspectiva, foram examinados relatórios de instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2023), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) e a Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Teto – FEANTSA (2023), além de dados extraídos do Cadastro Único e de levantamentos censitários conduzidos pelo município de São Paulo (Dias; Migliari, 2022). A análise desses documentos possibilitou uma compreensão ampliada da evolução do fenômeno da população em situação de rua e de suas implicações estruturais.

A cartografia, por sua vez, configura-se como uma metodologia processual e participativa, na qual o pesquisador registra informações, mas também acompanha os deslocamentos, as permanências e as dinâmicas espaciais da população estudada (Deleuze; Guattari, 1995).

3 DIREITO À CIDADE? EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO E PODER

A expressão "cidade invisível" tornou-se amplamente conhecida a partir da obra-prima do escritor italiano (embora nascido em Cuba) Ítalo Calvino (1972), intitulada *As cidades invisíveis*. Nessa obra, o autor apresenta um diálogo ficcional entre o renomado navegador Marco Polo e o imperador Kublai Khan, no qual o explorador descreve sua percepção de inúmeras cidades (55 no total, todas com nomes femininos) pertencentes ao império mongol. Para ele, a cidade não é um mero conceito geográfico ou territorial, mas uma complexa expressão simbólica da experiência humana. Em suas abordagens temáticas, Calvino frequentemente inicia com uma visão utópica e positiva que, gradualmente, segundo uma lógica semelhante a um jogo, vai se transformando devido às limitações e contradições inerentes à vivência social, tendendo para algo mais realista, negativo ou, até mesmo, um fracasso em relação aos ideais propostos.

Nas cidades contemporâneas, no entanto, o conceito de invisibilidade urbana está mais diretamente associado à exclusão daqueles que não fazem parte do "cenário fantasioso" da vida urbana. Essa realidade, por sua vez, também é uma construção simbólica e complexa da produção do espaço sob a égide do capital, sobretudo em um contexto de grande concentração de riqueza e baixa distribuição. Nesse cenário, as contradições mais evidentes se manifestam na desigualdade entre os que têm e os que não têm acesso à cidade, à moradia e ao consumo. Assim, consolida-se uma distinção entre aqueles que são reconhecidos como cidadãos na realidade cenográfica que se constrói e os que se tornam verdadeiros "párias" da sociedade urbana, evitados e ignorados, dando origem a setores "invisíveis" dentro da cidade. A lógica vigente, como ocorreu em outras épocas históricas, busca exaltar as "maravilhas" proporcionadas pela riqueza gerada, ao mesmo tempo em que oculta as "vergonhas" que não se quer admitir, mas que também são frutos do mesmo sistema excluente e concentrador.

Apixonado pela cidade, Calvino também escreveu várias coisas inspiradas no contexto urbano. Uma outra obra, romanceada e sob a forma de sátira muito bem construída, tratando de um período de grande euforia e dinâmica econômica, mas de uma depressão moral,



intelectual e cultural, alguns anos após o fim da guerra, notadamente nos anos 1950, foi a obra “A especulação imobiliária”¹, escrita originalmente em italiano, em 1963, sobre este período, quando os efeitos dos investimentos do Plano Marshal sob a economia europeia se verificavam. Apesar da importância da reconstrução e da grande produção de obras, a cidade, no caso específico, tendo como cenário a Riviera da Ligúria, ao invés de ressurgir e voltar a expressar a sua riqueza sociocultural e humana, acabava se desfigurando, perdendo grande parte do significado e sentido social, tendo se transformando apenas em mais um tipo de mercadoria, ou de base mercadológica, levando o seu personagem principal (Anfossi) a grandes frustrações.

Esta última obra do mesmo autor evidencia, de forma clara, que nem tudo o que é produzido pelo capital e pela indústria imobiliária resulta em benefícios, nem mesmo quando considerados apenas os impactos para o conjunto da sociedade visível. Em uma realidade excludente, onde a invisibilidade social atinge um percentual significativo da população, essa constatação se torna ainda mais evidente. Vivemos em cidades onde há um cenário e bastidores. A diferença entre a cidade e o teatro é que, nos bastidores teatrais, há decisões, criação e participação. Já nas cidades cenográficas, as decisões são centralizadas no “camarote”, o cenário exibe aquilo que se quer mostrar, enquanto os bastidores, além de abrigarem apenas funções servis, representam o que se deseja ocultar ou tornar invisível.

A cidade, que deveria ser um espaço de convergência e interação, revela um fenômeno de afastamento, segregação e fragmentação. A visibilidade se concentra nas áreas mais “rentáveis” economicamente. A invisibilidade intermediária ocorre nas periferias, nos bairros populares e nos assentamentos precários. Os centros urbanos, que deveriam ser o coração da cidade, sua “sala de estar” e o ponto de encontro de todos os cidadãos, são abandonados pelas camadas dominantes, que evitam o contato com aqueles que são vítimas de sua própria estrutura de dominação. A invisibilidade mais extrema atinge aqueles que não têm espaço na sociedade, os sem-teto que buscam os centros urbanos para encontrar semelhantes, auxílio e solidariedade diante de suas necessidades, mas, em vez disso, geralmente enfrentam desprezo, estigmatização, hostilidade e repulsa por parte dos “visíveis”.

Em parte, essa reação tem origem na aporofobia e na ignorância em relação à realidade dos sem-teto, especialmente das pessoas em situação de rua, ou seja, aquelas sem qualquer forma de abrigo, ainda que improvisado ou precário. Um reflexo dessa desinformação é a crença de que a principal causa da condição de rua seja a dependência química. No entanto, diversas pesquisas realizadas em diferentes cidades apontam outros fatores predominantes, como conflitos familiares, separações, perda de emprego, despejo e incapacidade de arcar com um novo aluguel.

A dependência química, conforme apontam os estudos, aparece em cerca de 30% dos casos, demonstrando ser um fator relevante, mas ainda inferior às razões de ordem econômica. Mesmo os conflitos familiares, geralmente a causa mais citada, muitas vezes se relacionam a dificuldades financeiras. Famílias de alta renda que passam por separações apenas multiplicam a necessidade de moradia, mas conseguem resolvê-la com os recursos de que dispõem. Já famílias de baixa renda, que frequentemente enfrentam obstáculos severos para manter uma única habitação, mesmo que precária, tornam-se mais vulneráveis ao desabrigio em situações de ruptura.

¹ Do original em italiano Calvino, I. “La speculazione edilizia” – Torino: Giulio Einaudi Editore, 1963.



Outro aspecto surpreendente revelado pelas pesquisas é que a escolha pelos espaços urbanos centrais não ocorre, necessariamente, em função da busca por oportunidades de renda. Um dos principais motivos relatados é a necessidade humana de pertencimento e reconhecimento dentro de um grupo social. A maioria dos entrevistados menciona a possibilidade de reencontrar amigos, companheiros e semelhantes como a razão fundamental para permanecerem no centro da cidade. Além disso, outros fatores contribuem para essa escolha, como a adaptação dos espaços públicos para atividades informais e a presença de marquises, viadutos e outras estruturas que possibilitam a improvisação de abrigos.

De fato, Bock, Furtado e Teixeira (2001) afirmam que o ser humano constrói sua existência à medida que se apropria ou intervém na realidade, buscando atender às suas necessidades. No entanto, tanto essa intervenção quanto as próprias necessidades são fenômenos sociais e culturais, além de serem, por essência, humanas. Assim, a existência é essencialmente social e atravessada pelo desejo de aceitação.

Um estudo de Berger e Luckmann (2004) demonstra de forma clara que a percepção humana do mundo e da vida em sociedade ocorre a partir da experiência individual e coletiva, na qual se constrói uma ordem de significados relacionada à condição sócio-histórica e subjetiva de cada indivíduo. O ser humano nasce e passa a interagir com o meio externo de maneira complexa, formando-se como pessoa a partir dessas relações. Nesse sentido, o cotidiano se revela por meio de condutas e comportamentos subjetivos, repletos de significados e sentidos que, pouco a pouco, constroem a trajetória de vida de cada um.

Bauman (2006), em sua obra *Medo Líquido*, analisa os impactos do medo sobre os hábitos e comportamentos no contexto social. No caso das cidades, ele as descreve como lócus de encontro, simultaneamente mixofílico (aberto ao contato entre diferentes) e mixofóbico (temeroso ou avesso ao encontro com o outro). Se, por um lado, a cidade propicia espaços de interação, por outro, mecanismos de defesa e segregação desenvolvem a mixofobia no ambiente urbano. Como expressão das desigualdades e da exclusão social, a cidade abriga tanto os sem-teto e as favelas quanto os espaços que simbolizam riqueza e poder, evidenciando a contradição entre a prosperidade gerada pelo capital e a repulsa em relação aos territórios da exclusão, muitas vezes situados “lado a lado”.

A desigualdade social, a aporofobia e o racismo estrutural, conforme Almeida (2018), ampliam consideravelmente a mixofobia em detrimento da mixofilia. Nightingale (2012), em seu livro *Segregation: A Global History of divided Cities*, analisa a segregação urbana como um fenômeno político, demonstrando como governos, redes intelectuais e a indústria imobiliária capitalista regulam e manipulam o mercado de terras. A autora discute a evolução das cidades segregadas, marcadas por paradoxos que combinam a ideologia de supremacia branca com a sensação de vulnerabilidade.

David Harvey (2000), em *Spaces of Hope*, evidencia como a expansão do capitalismo e o processo de urbanização intensificaram a exclusão social, aprofundando desigualdades territoriais. A produção do espaço urbano sob a lógica do capital, já discutida anteriormente, reforça a dicotomia entre os setores visíveis e os invisibilizados da cidade. Harvey destaca a necessidade de repensar a organização urbana e propõe alternativas que incorporem a justiça social como princípio central no planejamento urbano.



No mesmo sentido, Mike Davis (2008), em *Planet of Slums*, aprofunda essa discussão ao apresentar uma análise crítica sobre as desigualdades globais e as condições precárias que atingem grande parte da população urbana. A obra demonstra, com base em dados estatísticos, como a urbanização acelerada e desordenada impulsiona o crescimento de assentamentos informais, agravando processos de exclusão. Davis evidencia que a ausência de infraestrutura básica e a falta de espaços urbanos projetados para mitigar tais desigualdades reforçam a marginalização das populações mais vulneráveis.

Henri Lefebvre (1968), em *O Direito à Cidade*, critica a produção do espaço urbano sob o domínio do capitalismo, argumentando que a cidade contemporânea resulta de processos que promovem segregação socioespacial e mercantilização da vida urbana. Para o autor, a urbanização é uma construção social permeada por relações de poder que determinam quem tem acesso aos recursos urbanos e quem é relegado à marginalidade. Lefebvre enfatiza que o direito à cidade envolve a participação ativa dos cidadãos na definição e transformação do espaço urbano, contrapondo-se à sua instrumentalização pelo capital.

Esse conceito dialoga diretamente com a invisibilidade urbana abordada nesta pesquisa, pois a negação desse direito gera um cenário em que vastos setores da população são excluídos da centralidade urbana e condenados à periferização, tanto física quanto simbólica. Ao analisar a cidade como palco de contradições inerentes ao sistema capitalista, Lefebvre (1968) contribui para a compreensão das dinâmicas de exclusão que estruturam o espaço urbano contemporâneo, evidenciando como a segregação territorial e a precarização da vida urbana são elementos intrínsecos à lógica de reprodução do capital.

A análise desses autores converge para a ideia de que a cidade contemporânea se estrutura sobre contradições que tornam alguns grupos sociais invisíveis, negando-lhes o direito à cidade e naturalizando sua exclusão. O espaço urbano, longe de ser apenas um local de encontros e interações, reflete as dinâmicas de poder que moldam o cenário social, intensificando processos de segregação e hierarquização territorial. A exclusão social, enraizada em múltiplas camadas, é tão profunda que as próprias minorias, muitas vezes, não se percebem como merecedoras dos direitos que lhes cabem.

O movimento Médicos Sem Fronteiras (MSF), em uma entrevista sobre o Projeto Meio-Fio, voltado para populações em situação de rua no Brasil, destaca que uma das dificuldades para a formulação de soluções é o fato de que muitas dessas pessoas não se reconhecem como cidadãos ou como indivíduos que contribuem e, portanto, merecem direitos. O MSF aponta um grave problema de baixa autoestima e uma desesperança crônica entre os moradores de rua. Na experiência da organização, observa-se que, inclusive em relação à saúde, essas pessoas costumam negligenciar seus cuidados. Enfrentando a incerteza diária quanto ao alimento e à sobrevivência, frequentemente não se dedicam a si mesmas, nem percebem problemas de saúde que, com o tempo, se tornam crônicos e múltiplos. Assim, a metodologia adotada pelo MSF nesse projeto baseia-se na empatia, na busca por compreender essas pessoas e criar vínculos, demonstrando, gradualmente, possibilidades e direitos, sem, contudo, impor decisões.

No entanto, na gestão pública, ainda prevalece uma tendência a soluções estatísticas e quantitativas, baseadas em modelos “paretianos”, com pouca consideração pelas particularidades e pelo histórico individual e coletivo de cada subgrupo. Há dificuldades em incorporar as visões próprias dessas populações na formulação de políticas públicas (Rolim, Carvalho e Silveira, 2023). Mais do que a simples ampliação do atendimento quantitativo, é



fundamental adotar abordagens que contemplem a compreensão aprofundada das reais condições, necessidades e expectativas dessas pessoas, reconhecendo suas fragilidades e trajetórias de vida.

4 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Quantitativamente, a população em situação de rua no Brasil teve um aumento impressionante. Enquanto a população brasileira cresceu aproximadamente 11% entre 2012 e 2022, a população em situação de rua aumentou cerca de 211%, segundo pesquisa do IPEA (2022). Observa-se também na Tabela 1 que as regiões com maior número de moradores de rua são as mais populosas e com maior atração populacional: Sudeste, Nordeste e Sul. No entanto, em termos percentuais, a região Norte foi a que apresentou o maior crescimento relativo, com uma evolução de 488,8%, atribuída, entre outros fatores, à forte migração venezuelana, especialmente em Roraima. As regiões Sudeste e Nordeste também apresentaram índices superiores à média nacional, com aumentos de 223,3% e 232,7%, respectivamente.

Tabela 1 - Evolução da população em situação de rua no Brasil e Regiões (2012-2022).

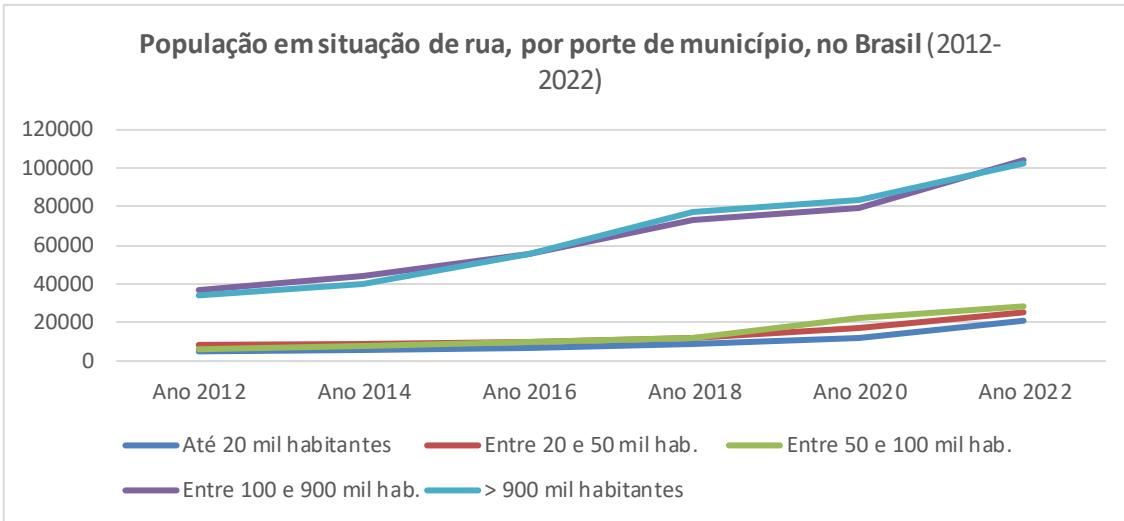
Região / Ano	Ano 2012	Ano 2014	Ano 2016	Ano 2018	Ano 2020	Ano 2022	Evol. (%)
Norte	3147	3656	4622	7826	9404	18532	488,8
Nordeste	16088	17804	27698	29827	35721	53525	232,7
Sudeste	46702	57482	74197	99796	120104	151030	223,3
Sul	15928	17859	21957	32975	34809	39178	145,9
Centro-Oeste	8615	9850	10313	14325	14413	19207	123,7
Norte	3147	3656	4622	7826	9404	18532	488,8
Brasil	90480	106651	138787	184749	214451	281472	211,1

Fonte: Brasil - IPEA (2022).

Observou-se, no período, um crescimento ainda mais acentuado entre 2018 e 2022, influenciado em grande parte pela pandemia a partir de 2020 e seus efeitos sociais inevitáveis, além de ser agravado por uma gestão conturbada do problema nesse intervalo. O gráfico indicado na Figura 01 a seguir mostra de forma clara a deflexão verificada entre 2018 e 2022, como um efeito particular da pandemia de Covid-19 (2020-2022).



Figura 1 – Evolução da população em situação de rua por porte de município no Brasil (2012-2022).



Fonte: Adaptado de Brasil - IPEA (2022).

Essa deflexão foi sentida em quase todas as cidades, mas ocorreu de forma ainda mais intensa nos municípios de maior porte. Além disso, os dados da Tabela 02 mostram que a média anual de crescimento da população em situação de rua nas cidades com mais de 100 mil habitantes foi aproximadamente 3,5 vezes maior do que nas cidades com população entre 20 e 50 mil habitantes, e cerca de 6 vezes maior do que a verificada em municípios com até 20 mil habitantes.

Outra observação relevante é a clara concentração desse fenômeno em cidades com mais de 100 mil habitantes. Embora esse grupo represente apenas 5% dos municípios brasileiros, ele concentra 73,5% da população em situação de rua no país. Ver Tabela 02 a seguir. Mais significativa ainda é a concentração em cidades com população maior de 900 mil habitantes, que são apenas 16 cidades, representando apenas 0,2% das cidades brasileiras, e apresentam 36,4% do total dos moradores em situação de rua do País.

Tabela 2 - Concentração e Evolução da população de rua por porte urbano (2012-2022).

Porte município / Ano	Ano 2012	Ano 2014	Ano 2016	Ano 2018	Ano 2020	Ano 2022	% ano 2022
Até 20 mil habitantes	5027	5397	6887	8707	12045	20929	7,4
Entre 20 e 50 mil hab.	8401	8761	9919	12338	17460	25281	9,0
Entre 50 e 100 mil hab.	6121	7840	9912	12362	22635	28386	10,1
Entre 100 e 900 mil hab.	36844	44201	56056	73658	79177	104296	37,1
> 900 mil habitantes	34087	40451	56011	77684	83134	102580	36,4

Fonte: Fonte: Brasil - IPEA (2022).



Com base em algumas pesquisas sobre moradores de rua em cidades de médio e grande porte no Brasil, alguns dos motivos para a concentração dessas populações nessas localidades são: a) são cidades mais preparadas para o atendimento a esse público, com maior densidade de serviços sociais adequados ao atendimento específico dos moradores de rua (assistência social dirigida, restaurantes público-sociais, ações de organizações não governamentais e melhores recursos de saúde pública, apesar das dificuldades de acesso); b) há maior esperança de obtenção de renda e trabalho; c) o anonimato e a facilidade de se organizar em grupos (guetos), o que os livra da exposição individual e contínua à discriminação por parte da sociedade local.

Embora pareça, à primeira vista, que o motivo principal seja a oferta de oportunidades de renda, essas populações, devido à marginalização, têm pouco acesso a essas oportunidades. Portanto, esse fator não é o principal motivador da busca por grandes cidades. Talvez o seja, caso consideremos a preferência pelas áreas mais centrais, onde a possibilidade de obter ajuda por meio de esmolas, devido ao fluxo de pessoas, se torna mais viável.

A busca por áreas centrais em grandes cidades se justifica pela oferta de melhores condições materiais, infraestruturais e de urbanização (maior quantidade de praças públicas equipadas com bancos, viadutos, elevados, paradas de ônibus abrigadas, marquises privadas e calçadas regulares), representando melhores possibilidades no contexto urbano. É verdade que também há a reação das populações locais em relação à oferta dessas facilidades, criando dificuldades artificiais para neutralizar essas possibilidades, como bancos divididos ou descontínuos, pedras pontiagudas sob viadutos, pontas e elementos contundentes sob marquises e superfícies livres (a chamada arquitetura hostil). Na maior parte das vezes, esses elementos visam desincentivar, inibir ou impedir a utilização do espaço, a permanência e o repouso nos elementos urbanos. O Quadro 01, indicado a seguir, mostra os elementos mais comuns da arquitetura hostil encontrados em nossas cidades.

Quadro 1 - Tipos de elementos comuns que compõem a chamada arquitetura hostil na cidade.

Local/aplicação	Descrição
Mobiliário urbano	a) Bancos curvados em sua projeção horizontal; b) Bancos descontínuos ou alternados; c) Bancos com divisões rígidas; d) Bancos com larguras inferiores às normas; e) Bancos com formas geométricas irregulares.
Elementos repulsivos nos espaços públicos	a) Pedras pontiagudas ou outros elementos contundentes sob pontes, viadutos e vias elevadas; b) Taludes de declividade desnecessariamente acentuada sob viadutos e pontes; c) Elementos contundentes em soleiras, baguetes, peitoris e batentes de transição entre as calçadas e as lojas; d) Grades nos perímetros das praças públicas; e) Gotejamento intermitente em áreas sob marquises.
Elementos “proteção” de de propriedades privadas	a) Cercas eletrificadas; b) Arames farpados; c) Cercas concertinas de arames farpados ou elementos pontiagudos; d) Elementos pontiagudos e lanças em gradis e muros; e) Traves metálicas e guarda corpos em portas comerciais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



Diante dessas ações injustas, o Senado Federal propôs a alteração do Estatuto da Cidade por meio da Lei Federal nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022, especialmente em relação ao inciso XX do Art. 2º, que tem como objetivo ordenar as funções sociais da cidade. O dispositivo passou a ter o seguinte enunciado: “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população²”. Carvalho et al. (2023a) complementam destacando a necessidade de os ambientes urbanos dotarem de qualidade da docilidade urbana que acolham, tanto na mobilidade quanto na permanência de espaços atrativos, caminháveis e que oportunizem as dinâmicas sociais e repulsem à exclusão.

Como cidade objeto de estudo, foi escolhida São Paulo, conforme mencionado anteriormente, por ser a cidade com a maior presença absoluta de moradores de rua no Brasil. É também uma cidade com elementos que atraem e fornecem abrigo, embora haja uma forte presença da chamada arquitetura hostil, com elementos físicos agressivos, destinados a repelir a presença de moradores de rua. Esse contexto levou à luta do Padre Lancellotti, que provocou a mudança no Estatuto da Cidade, com dispositivos que buscam impedir tais elementos desumanos no contexto urbano.

4.1 Aspectos da população em situação de rua na cidade de São Paulo – SP

Os dados a seguir são baseados no estudo de Dias e Migliari (2022), do Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com informações do CadÚnico Nacional sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo, no período de 2012 a 2021. De maneira geral, predominam os homens, com um percentual relativamente constante (em torno de 87%), contra uma participação feminina de aproximadamente 13%, percentual que se manteve estável ao longo do período. Vários fatores de natureza psicológica, sociológica e relacionados ao gênero e à forma de habitação explicam essa predominância masculina em comparação à feminina. Verificou-se um crescimento intenso e constante de 859,7% para a população masculina e 902,8% para a feminina. Na Tabela 3, observa-se uma tendência de crescimento ligeiramente superior para a população feminina, influenciada, em parte, pelo aumento de famílias inteiras nessa situação.

² A Lei Federal nº 14489, de 21 de dezembro de 2022 foi denominada popularmente “Lei Padre Júlio Lancellotti”, em justa referência ao religioso, que se dedica à Pastoral da População de Rua na cidade de São Paulo e que é reconhecido pela sua luta incansável em defesa da vida, da dignidade e dos direitos humanos desta população. Entre suas ações, além do apoio humano e espiritual, estão a assistência social, a distribuição de alimentos e agasalhos, a defesa de seus direitos e, também a destruição de elementos agressivos à essa população, inclusive com a utilização de suas próprias mãos, visando a garantia de utilização do espaço público por todos, de forma inclusiva, especialmente pelos moradores de rua.



Tabela 3 - Concentração e evolução da população em situação de rua em São Paulo – SP, por gênero – Números absolutos e relativos (2012-2021).

Números	Sexo	Ano									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Absolutos	Masculino	3362	6881	11474	16325	22057	27564	34070	38636	41756	32266
	Feminino	480	1002	1711	2283	3038	3772	4817	5736	6378	4934
(%)	Masculino	87,51	87,29	87,02	87,73	87,89	87,96	87,61	87,07	86,75	86,74
	Feminino	12,49	12,71	12,98	12,27	12,11	12,04	12,39	12,93	13,25	13,26

Fonte: Dias; Migliari (2022).

Conforme Dias e Migliari (2022), na cidade de São Paulo, historicamente, a faixa etária economicamente ativa (18 a 59 anos) representa 83% da população em situação de rua, o que reflete um caráter excludente da produção econômica. O segundo grupo mais significativo é o de idosos, também indicador da expulsão precoce do sistema produtivo e da desconsideração do valor da pessoa humana, independentemente de sua capacidade de produção econômica. A faixa etária que mais cresceu proporcionalmente entre 2012 e 2022 foi a de 22 a 29 anos, uma faixa que estaria em sua atividade econômica plena, mas que vive o drama do desalento ao ver tantas portas fechadas. Embora, um percentual significativo trabalhe na coleta de resíduos recicláveis, que é uma importante atividade, mas, ainda infelizmente bastante desconsiderada no contexto social e econômico.

Em relação à origem dessa população, verificou-se que, em sua maioria (55,0%), ela provém do próprio estado de São Paulo. Essa tendência de fluxo do interior para a capital se repete também em outros estados da federação, onde as capitais e maiores cidades recebem um fluxo que não conseguem absorver e acolher com dignidade, gerando, nas situações mais graves, a condição de moradores de rua. A Bahia é a origem de 9,5% dos moradores de rua, sendo a segunda principal origem. A região Nordeste, como um todo, representa a origem de 25,1% dos moradores de rua da cidade de São Paulo, sendo a segunda região de maior importância, apenas atrás da região Sudeste. Entre as unidades da federação, outro estado com origem significativa é Minas Gerais (6,3%), o terceiro mais relevante na origem dos moradores de rua da cidade.

Em relação à raça ou cor da pele da população em situação de rua em São Paulo, no período considerado, observou-se que predominam os denominados “pardos”, resultantes da miscigenação de negros com brancos ou outras raças, situando-se ao longo do período próximo de 50%. Os brancos representam aproximadamente 34% do total, enquanto os negros representam pouco mais de 16%, mas apresentaram um crescimento mais claro ao longo do período. As raças amarela e indígena apresentaram índices relativamente baixos. Se considerarmos que a maioria dos autodeclarados pardos tem sua origem negra, os negros, em sua totalidade, representam aproximadamente 63% do total, o que reforça a origem dessa condição no racismo estrutural que permeia a nossa sociedade, conforme Almeida (2018). Isso se torna ainda mais evidente quando se observa a repulsa coletiva e a agressividade policial, que se intensificam diante da combinação de apofobia e racismo histórico.



Tabela 4 - Participação relativa segundo a raça ou cor, da população em situação de rua em São Paulo – SP, ao longo do período 2012-2021 (%).

Cor/Ano	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Branca	30,45	29,13	32,08	33,23	34,1	34,17	34,66	34,86	34,71	35,04
Preta	13,69	12,36	15,12	16,27	17,23	17,27	17,02	16,99	17,03	16,84
Amarela	1,02	0,66	0,52	0,63	0,5	0,44	0,4	0,37	0,39	0,37
Parda	51,28	43,24	44,95	46,15	46,32	47,03	47,16	47,13	47,28	47,63
Indígena	0,36	0,2	0,16	0,12	0,13	0,12	0,1	0,1	0,1	0,1
Sem dados	0,21	14,41	7,18	3,6	1,73	0,98	0,66	0,55	0,48	0,05

Fonte: Dias; Migliari (2022).

Outro aspecto que pode surpreender é o nível de escolaridade. Embora, como se imagina, a maioria apresente baixa escolaridade — ou seja, aproximadamente 50% da população em situação de rua tem apenas o nível fundamental incompleto ou nenhum grau de instrução — também se observa um índice relativamente alto de pessoas que concluíram o ensino fundamental e possuem o ensino médio incompleto ou completo. Estes, em conjunto, representam mais de 45% do total, com destaque para o ensino médio completo, que ultrapassa os 20%, sendo o segundo nível de escolaridade mais frequente, perdendo apenas para o fundamental incompleto. Evidentemente, os que cursaram, ainda que de forma incompleta, o ensino superior representa um percentual bastante pequeno (próximo de 2%).

No entanto, uma pesquisa desenvolvida pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) e pela Qualitest (2019) encontrou índices relativamente maiores nessa faixa, inclusive mostrando 4,1% de pessoas com curso superior completo e até mesmo pessoas com pós-graduação (0,3%), embora esses números ainda sejam baixos.

O índice de pessoas sem nenhuma instrução é de aproximadamente 15%, consideravelmente superior ao padrão brasileiro ou ao de São Paulo, que é de 5,6%, conforme Dias e Migliari (2022). Esse fator dificulta significativamente o acesso ao trabalho formal. Na pesquisa PMSP/Qualitest (2019), os que não sabem ler nem escrever representam 8,4% dessa população. O índice de escolaridade no nível de ensino médio, a presença de pessoas com nível superior e até mesmo com pós-graduação, mostra que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é mais acentuada para esse segmento da população do que para outros segmentos da sociedade. Isso também indica que a repulsa e a exclusão dessas pessoas do trabalho podem ser uma das causas do aumento considerável de pessoas (e famílias) em situação de rua.

Entretanto, é possível observar algo positivo em relação à produção econômica desse segmento. Muitos exercem um trabalho importante de coleta de material para reciclagem e reutilização. Apesar da relevância econômica e ambiental dessa atividade, ela ainda é pouco remunerada, realizada de forma precária e insegura, além de ser informal e sem garantias sociais ou trabalhistas.



Tabela 5 - Participação relativa segundo o nível de escolaridade da população em situação de rua em São Paulo – SP, ao longo do período 2012-2021 (%).

Escolaridade	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Superior incom	1,33	1,34	1,62	1,69	1,98	2,27	1,9	2	2,07	1,99
Ens. Médio	15,67	15,69	16,97	17,48	18,6	15,18	20,29	20,08	21,09	21,74
Médio inc.	7,13	7,8	8,56	9,27	9,79	13,09	10,55	10,48	10,33	10,12
Fundamental	16,45	16	15,62	15,53	15,31	14,16	15,44	15,46	15,69	16,24
Fund. Incomp.	41,44	42,01	40,5	40,43	39,35	40,26	36,47	35,64	35,31	34,77
Sem Instrução	17,75	16,85	16,03	15,31	15,16	14,63	15,02	15,17	15,04	14,69
Sem dados	0,23	0,3	0,39	0,28	0,22	0,41	0,33	0,51	0,48	0,47

Fonte: Dias; Migliari (2022).

Entre os motivos declarados para estarem em situação de rua, segundo a pesquisa PMSP/Qualitest (2019), destacam-se: conflitos familiares (40,3%); perda de trabalho (23,1%); dependência de drogas (19,0%); dependência de álcool (14,3%); perda de moradia (12,9%); separações conjugais (6,0%); problemas de saúde (depressão ou necessidade de tratamento de saúde na cidade); falecimento de seus genitores (3,9%); egressos do sistema prisional (2,7%); imigração (2,3%); migração (1,9%); egressos de internamento em rede de saúde pública (0,9%); e egressos do sistema socioeducativo (0,3%). Assim, a dependência química (álcool e drogas) representa 33,3% do problema, o que contrasta com a visão de uma parcela significativa da sociedade, que acredita que “todos” os moradores de rua seriam dependentes químicos, malandros ou preguiçosos.

A maior parte do problema decorre da exclusão do mercado de trabalho formal, apesar da escolaridade de muitos, e da incapacidade econômica de encontrar outra forma de renda suficiente para garantir uma moradia digna. Mesmo os motivos de conflitos pessoais e separações indicam que a condição de rua é, além dos aspectos psicológicos, um reflexo da total incapacidade de arcar com uma nova moradia, especialmente considerando a dificuldade de habitar de maneira digna, já existente antes do conflito ou separação.

Entre os motivos declarados para a preferência por centros urbanos deteriorados, estão: a) haver grupo de pessoas ou companheiros na mesma situação (15,6%); b) maior sensação de liberdade e oportunidades de abrigo em áreas públicas na região (12,3%); c) existência de serviços sociais (12,3%); d) locais para passar a noite (5,2%); e) facilidade para conseguir trabalho como catadores de recicláveis ou ambulantes (0,9%); f) receber ajuda de pessoas (0,9%). Devido a essas facilidades, 60,4% das pessoas permanecem sempre no mesmo setor da cidade. Outros 33,1% já moraram em outros locais da cidade, 5,8% migram para outras áreas periodicamente e 0,8% não responderam à pesquisa (PMSP/Qualitest, 2019).

Sobre a alimentação diária, em questão com múltiplas respostas, a pesquisa PMSP/Qualitest revelou que 49,8% se alimentam por meio de serviços públicos existentes na cidade; 22,7% pedem em restaurantes e bares; 21,6% recebem de grupos assistenciais ou pessoas que distribuem alimentos nas ruas; 18,2% utilizam especificamente os restaurantes sociais públicos (os chamados "Bom Prato" no Estado); 18,2% pedem e recebem de pessoas na rua; 17,6% compram a própria refeição; 5,1% utilizam a "Boca de Rango" (movimento cultural e social que distribui marmitas na comunidade); 4,2% recebem alimentação no local de trabalho; 2,7% vêm de feiras e mercados; 2,7% catam alimentos no lixo; 1,8% preparam a própria comida



a partir de mantimentos doados; e 2,5% recorrem a outros modos de obtenção, diversos e bem específicos.

Uma informação que pode indicar alguma possibilidade de solução para o problema é a resposta sobre os que conseguiram sair da situação de rua: 48,7% disseram que foram para a casa dos pais; 19,2% para a casa de parentes; 16,4% para a casa própria; 9,5% para morar sozinhos; 1,7% para abrigos sociais; e 4,5% não souberam responder. As respostas confirmam que o motivo principal para a situação de rua é o conflito ou a separação familiar, e que essa condição decorre de uma incapacidade financeira de arcar com novas habitações. A solução, muitas vezes, vem por meio de uma possível reconciliação. Por outro lado, as respostas de retorno à casa própria ou de morar sozinho indicam que houve uma reconciliação conjugal, recomposição da capacidade orçamentária e, consequentemente, a aquisição de condições financeiras para uma solução habitacional, seja individualmente ou em família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem e os fluxos das populações em situação de rua, que normalmente partem das áreas rurais para as cidades, convergindo sempre para as de maior porte, onde acabam se encontrando em uma situação de grande desesperança, revelam a inadequação do foco e do modelo excludente de desenvolvimento econômico e, principalmente, da concentração de riqueza e do baixíssimo nível de inclusão social em seu funcionamento sistêmico.

Pode-se observar que, diferentemente das grandes metrópoles, as cidades do interior apresentam resoluções habitacionais que não variam de forma significativa, mas que ainda revelam o caráter segregacionista presente na conformação dos centros urbanos. Assim, constata-se a ausência de propostas efetivas que integrem qualidade técnica, planejamento urbano e condições adequadas de mobilidade (Silva e Rinaldi, 2024).

Os motivos que os levaram a essa condição, longe de serem predominantemente causados por dependência química, malandragem e preguiça, como frequentemente alegado, apontam claramente para questões econômicas, geradas por um modelo extremamente injusto e concentrador: a) pessoas forçadas a migrar por falta de oportunidades e acesso à renda em seus locais de origem; b) pessoas em famílias que já enfrentam enormes dificuldades para conseguir uma habitação, por mais precária que seja, e que, ao entrarem em conflito ou separação, enfrentam uma condição ainda mais difícil (muitos desses conflitos são motivados pelo estresse causado pela insuficiência econômica e pelos juros extorsivos); c) famílias que, no contexto da pandemia, perderam a capacidade de pagamento do direito à moradia; d) pessoas, em grande parte pardos e negros, que sofrem os efeitos de um racismo estrutural; e) pessoas com baixa escolaridade que têm pouco acesso às oportunidades, mas também aquelas que, independentemente da escolaridade, não encontram oportunidades no modelo econômico proposto; f) pessoas que, expulsas das zonas rurais e das cidades de médio porte, encontram as portas fechadas também nas grandes cidades, o que as leva ao desalento; g) pessoas que, apartadas do direito à terra e à habitação, buscam, na área pública urbana, o direito de ocupar espaços privados, mas acabam vítimas de estigmatização e repulsa nos espaços públicos; h) pessoas que buscam as áreas centrais tradicionais (e deterioradas pelo abandono imobiliário) pelas possibilidades que oferecem, como viver em comunidades de iguais, ter acesso a abrigos,



serviços públicos (assistência social, saúde, alimentação), mas enfrentam hostilidade urbana (social e física) e constante pressão para serem expulsas.

Nos últimos anos, o aumento considerável da população em situação de rua entre 2020 e 2022 não pode ser atribuído apenas aos efeitos da pandemia, pois, no mesmo período, o número de milionários e bilionários no Brasil e no mundo aumentou significativamente. Além disso, a parcela da riqueza detida por esses milionários cresceu de forma notável. Esse paradoxo é ainda mais evidente quando observamos que as regiões e cidades mais ricas, tanto no Brasil quanto no mundo, são as que receberam o maior número de moradores de rua, com destaque para São Paulo no Brasil, Nova York e Los Angeles nos Estados Unidos, além de outros países europeus, como a Inglaterra e a cidade de Londres.

Na prática, a pauperização extrema, as condições precárias e a invisibilidade dessas populações por parte dos privilegiados representam o outro lado da visibilidade ostensiva de uma economia fantasiosa e não inclusiva, supostamente baseada na ideia de “meritocracia” e na “capacidade” de quem ganha e acumula riquezas, desconsiderando totalmente os méritos e os direitos (inclusive humanos) de quem não consegue aderir, ou sequer ingressar, em um modelo tão excludente.

A interseccionalidade é um fator essencial ao analisar aspectos urbanos e propor diretrizes para mitigar seus efeitos. Segundo Carvalho et al. (2023b, p. 433), a interseccionalidade é “um conceito que se refere à interação entre diferentes fatores de opressão e discriminação, como gênero, raça, etnia, orientação sexual e classe social”. A interseccionalidade busca entender como esses fatores se combinam e afetam as experiências das pessoas em diferentes contextos sociais e espaciais. Portanto, torna-se imprescindível análises interseccionais em estudos com demandas de forte impacto social, considerando suas abrangências e atuações.

Propostas para as populações em situação de rua, como a “varrição” humana, a adoção de arquitetura hostil para desincentivar sua permanência ou a imposição de tratamentos compulsórios e generalizados, além de inadequadas, são desumanas e cruéis. Além da oferta de novos serviços públicos e políticas habitacionais adequadas, é urgente a necessidade de ajustar os modelos para a inclusão social de forma intersectorial, especialmente no que tange ao sistema produtivo e à obtenção de renda mínima, sob o risco de se perpetuar um processo corrosivo que continuará a crescer.

São populações que merecem ser ouvidas, compreendidas, apoiadas e incluídas nas propostas de desenvolvimento, conforme propõem os ODS e a Nova Agenda Urbana, sob o risco de graves violações de direitos humanos. Evidentemente, não se pode esperar soluções mágicas ou repentinhas, mas o mínimo que se pode esperar é que mudemos o rumo para a direção correta, ainda que começando com passos curtos, para que possamos gradualmente reverter os processos que levaram a essa situação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

AOKI, Simone Jardim. **História e relatos da população de rua sobre o acesso aos serviços de saúde em Santos – SP** Dissertação de Mestrado – PPGECS – UNIFESP, 2019.



BAUMANN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade** Petrópolis: Vozes, 2004.

BOCK, Ana Mercês B.; FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologia e Psicologias – uma introdução ao estudo da Psicologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL, IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL, IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Estimativa da População em situação de rua no Brasil 2012-2022** Brasília: Nota Técnica nº 103 – IPEA, 2023.

CALEJON, César. **Esfarrapados: Como o elitismo histórico-cultural moldou as desigualdades no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CALVINO, Ítalo. **La speculazione edilizia.** Torino: Giulio Enaudi Editore, 1963.

_____. **As cidades invisíveis.** Edição portuguesa: São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2021.

CARVALHO, Gabriel Lincoln Lopes; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVA, Emmanoel Marques da; ANDRADE, Estephannie Fernanda de; ALBUQUERQUE, Sheila Rodrigues de. **Same paths, different experiences: Discussion of possible paths for a walkability assessment tool, including intersectionality.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. I.], v. 11, n. 84, 2023b.

CARVALHO, Gabriel Lincoln Lopes; SILVA, Emmanoel Marques da; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; CANOVA, César Renato; NEGRÃO, Ana Gomes. **A journey through pedestrian mobility and the sustainable city: discussing walkability.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. I.], v. 11, n. 82, 2023.

CORTINA, Adela. **10 palabras clave em filosofia política.** Estella Navarra: Editorial Verbo Divino, 1998.

_____. **Aporofobia – A aversão ao pobre: um desafio para a democracia.** São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSTA, Ana Paula M. **População em situação de rua: contextualização e caracterização** Revista virtual Textos & Contextos, nº 4 – dezembro, 2005.

COSTA, Samira Lima. *et al.* **Gestantes em situação de rua no município de Santos – SP- reflexões e desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Revista Saúde e Sociedade, vol. 24 nº 3, pp. 1089-1102, 2015.

CRÉDIT SUISSE BANK. **Report Global Weath Databook,** 2021.

DAVIS, Mike. **Planet of Slums.** London: Verso, 2008.

DIAS, André Luiz.T.; MIGLIARI, Wellington. **O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no município de São Paulo – SP.** Observatório Brasileiro de Políticas públicas com população derua – Programa Polos de Cidadania - POLOS/UFMG, 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34/1995, 4ª reimpressão, 2006.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FEANTSA e Fondation Abbé Pierre. **Housing Exclusion in Europe.** Rapport Bruxelas: FEANTSA/Fondation Abbé Pierre, 2023.

FELICÍSSIMO, Flaviana B. **Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura.** Revista de Psicologia – Teoria e Prática, nº 15 (4), p.116-129, 2013.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, David. **Spaces of Hope.** University of California Press, 2000.

LA TAILLE, Yves. **Vergonha e ferida moral.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____, **Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral.** São Paulo: Revista de Psicologia da USP, nº 18 (1), pp.11.36, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Centauro, 2001. (Tradução da edição original de 1968).

MOURA Jr, James. F.; XIMENES, Verônica. M.; SARRIERA, Jorge. C. **Práticas de disseminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza – Brasil.** Rivista de Psicología – Universidad de Chile, nº 22 (2), pp. 18-28, 2013.

NIGHTINGALE, Carl H. **Segregation: A Global History of Divided Cities.** Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

ONU – HABITAT – Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana.** Quito: ONU-HABITAT, 2016.

OXFAM Brasil - **Relatório de pesquisa: A desigualdade mata,** Janeiro, 2022.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo; Qualitest. **Pesquisa censitária da população de rua, caracterização socioeconómica da população de rua e relatório técnico de identificação de suas necessidades.** PMSP-SMADS/Qualitest, p.110, 2019.

RIBEIRO, Edson L.; **A cidade à escala humana** São Paulo: Dialética, 2022.

ROLIM, Fernanda Dantas; CARVALHO, Gabriel Lincoln Lopes; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Arborización urbana: la importancia de su planificación en el actual contexto de expansión territorial urbana.** Revista Latinoamericana de Ambiente Construído & Sustentabilidade, [S. I.], v. 4, n. 13, 2023. DOI: 10.17271/rlass.v4i13.3941. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/rlaac_sustentabilidade/article/view/3941. Acesso em: 28 fev. 2025.

SILVA, Vitória Giovanna Nicolau da; RINALDI, Renan Amauri Guaranya. Adjudicación de interés social en terreno crudo: Forma y función de un diseño multiregional. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, [S. I.], v. 5, n. 20, 2024. DOI: 10.17271/rlass.v5i20.5046. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/rlaac_sustentabilidade/article/view/5046. Acesso em: 28 jan. 2025.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TREU, Maria Cristina. **Per una città socievole – non c'è solo il piano** in Treu, M.C. (Ed.) **Per una città socievole – Le alterne fortune di piani e progetti** – Segrate – MI: Novolara, 2015.

VIEIRA, Maria Antonieta da C.; Bezerra, Eneide Maria R.; ROSA, Cleisa Moreno M. (org). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: HUCITEC, 1994.



DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

- **Edson Leite Ribeiro:** Concepção e design do estudo, curadoria de dados, metodologia, redação – revisão crítica, revisão e edição final, e supervisão.
 - **José Augusto Ribeiro da Silveira:** Concepção e design do estudo, curadoria de dados, metodologia, redação – revisão crítica, revisão e edição final, e supervisão.
 - **Gabriel Lincoln Lopes Carvalho:** Redação – revisão crítica, revisão e edição final.
 - **Juliana Xavier Andrade de Oliveira:** Redação – revisão crítica, revisão e edição final.
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, **Edson Leite Ribeiro, José Augusto Ribeiro da Silveira, Gabriel Lincoln Lopes Carvalho e Juliana Xavier Andrade de Oliveira**, declaramos que o manuscrito intitulado "**O outro lado da invisibilidade urbana.**"

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui/possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho.
2. **Relações Profissionais:** Não possui/possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados.
3. **Conflitos Pessoais:** Não possui/possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito.